

CONSIDERAÇÕES SOBRE ACUMULAÇÃO, EMPREGO E CRISE NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA*

*Aécio Alves de Oliveira***

*Liana Maria Carleial de Casemiro***

Resumo: Este artigo pretende mostrar algumas relações entre acumulação de capital e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). A RMF tem demonstrado um continuado aumento da participação de sua população urbana com sérias implicações sobre o mercado de trabalho da Região. Por outro lado, a incapacidade de resposta das atividades não-agrícolas, quanto à geração de emprego, tem-se refletido na ampliação do setor terciário. Isto se deve à incipiente base produtiva dos chamados segmentos dinâmicos e à conseqüente ampliação das atividades informais, responsáveis por uma expressiva participação na absorção de força de trabalho com baixos níveis de renda. Além do mais, ao longo do período 1979-83, a dimensão ocupacional do setor informal não tem sido acompanhada por uma ampliação da dimensão de renda, ocasionando reduções nos níveis de renda média. Desse modo, do ponto de vista da política de emprego, não faz sentido estimular o setor informal nos momentos de crise. Como característica do espaço econômico da RMF, as novas oportunidades de emprego são determinadas muito mais por fatores externos que internos. Assim, o mercado de trabalho da RMF afigura-se muito mais como um *locus* de conciliação do que como um palco de luta de classes.

1 – INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende estar referenciado nas relações que se estabelecem entre acumulação de capital e mercado de trabalho no espaço que delimita a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). A RMF apresenta-se com um ponto de concentração de riqueza/pobreza e de referência para o fluxo intra-estadual de migrantes. Essa situação deve-se à forma que assumiu o desen-

* Este trabalho foi extraído de uma pesquisa que se encontra em fase de conclusão no Curso de Mestrado em Economia (CAEN), da Universidade Federal do Ceará, "Estudo Sócio-econômico da Mão-de-obra na Região Metropolitana de Fortaleza", com apoio financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

** Professores do Curso de Mestrado em Economia (CAEN), da Universidade Federal do Ceará.

volvimento do Ceará, inserido marginalmente no NE, que, por sua vez, ocupa uma posição complementar e subordinada diante da economia nacional. Dentro de tais circunstâncias, e tendo em vista que a RMF concentra fortemente a atividade produtiva do Estado e, mesmo assim, sendo muito estreita a base de geração de valor, o funcionamento do seu mercado de trabalho ocorre de forma substancialmente dependente do movimento do capital controlado por proprietários em outras regiões. Daí se afigurarem como alternativas para a sobrevivência de amplas camadas da população a sujeição a empregos no segmento "organizado" com salários aviltados, a proliferação de atividades informais e, finalmente, práticas condenadas pelos códigos de ética em vigor na sociedade.

Um ponto importante associado ao quadro evolutivo da população na RMF refere-se às mudanças ocorridas na sua situação domiciliar, principalmente ao longo dos últimos 20 anos. Para o conjunto da RMF, a participação da população urbana era 77,2% em 1960, 84,4% em 1970 e 95,0% em 1980. Estes dados fornecem uma primeira indicação de uma forte pressão demográfica sobre o mercado urbano de trabalho. Apesar de se considerar que o nível da taxa de urbanização em 1980 revela um certo "artificialismo" nos registros da situação domiciliar, tem-se, na realidade, a confirmação de uma tendência impulsionada, principalmente ao longo dos anos 70, pelo movimento de valorização do capital de natureza especulativa, cuja mercadoria básica é a terra. A tendência observada ao longo do período 1940-80, mesmo considerando-se as possíveis "distorções" embutidas nas taxas, significa a transformação de terras em apêndices urbanos ou formas camufladas de assentamentos urbanos. O que interessa aqui analisar é que esse movimento certamente deslocará força de trabalho, obrigando uma parcela a buscar novas formas de ocupação.

A expansão capitalista no Brasil, especialmente a partir dos anos 30, com a aceleração do crescimento industrial, propicia uma mudança na feição do padrão de urbanização brasileiro, uma vez que a cidade, notadamente São Paulo, passa a ser agora, além de sede do capital comercial e do aparelho de Estado, sede da industrialização. A partir daí a industrialização passa a comandar a divisão social e técnica do trabalho.¹

Para o Nordeste, este movimento vai impor o rompimento de barreiras naturais, possibilitando uma verdadeira invasão de mercadorias provenientes do Sudeste. Como uma decorrência da intensificação do processo de indus-

¹ Para maiores detalhes, veja: OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o Urbano no Brasil, *Espaço & Debate*; Revista de Estudos Regionais e Urbanos. (6), jun./set.1982.

trialização tem-se o agravamento das desigualdades regionais, bem como uma redefinição da divisão inter-regional do trabalho e uma reestruturação de atividades dentro da própria Região. O maior agravamento das desigualdades regionais gera insistentes denúncias de segmentos da sociedade nordestina, especialmente dos movimentos populares, o que, aliado às conseqüências das secas periódicas, propicia as condições de criação da SUDENE.

A SUDENE, criada no final dos anos 50, tem sua atuação sincronizada à necessidade da continuação de acumulação de capital em escala nacional, possibilitando que os chamados efeitos “para frente” e “para trás”, que se seguem à industrialização, sejam sentidos fora da Região.

No caso do Nordeste, não se pode repetir o raciocínio desenvolvido para a industrialização de São Paulo, quando se afirma que a industrialização passa a comandar a divisão social do trabalho e torna-se o centro da acumulação, determinando, por conseguinte, uma urbanização sem precedentes.

No Nordeste, dado o caráter da industrialização, explicitado acima, são reduzidos os seus efeitos sobre a urbanização. A urbanização nordestina continua muito mais explicável pela manutenção da estrutura agrária concentrada do que pelo ímpeto da industrialização. Há, então, uma primazia dos efeitos de expulsão sobre os de atração.

No caso do processo de expansão econômica do Ceará, destaca-se a atividade algodoeira, vinculada desde seu início ao capital internacional. Tratava-se, como ainda hoje, de uma cultura organizada de forma extensiva, consolidando a concentração fundiária já existente a partir da atividade pecuária, antes predominante, e que não contribuiu para a formação de espaços urbanos articulados. As concentrações urbanas, quando existiam, tinham por base o setor público e o comércio, e raramente atividades de transformação. Mesmo diante das alterações ocorridas no quadro econômico nacional, o Ceará não sofre modificações substanciais de sua base produtiva, permanecendo o setor terciário como principal absorvedor de mão-de-obra existente nas zonas urbanas; um setor primário baseado no complexo latifúndio—minifúndio, funcionando como fator de expulsão de trabalhadores do campo; e um setor secundário extremamente limitado como núcleo dinamizador de efeitos germinadores junto às atividades em geral. Nem mesmo a ação da SUDENE foi capaz de alterar o quadro da divisão de trabalho já estabelecida internamente no Estado do Ceará.

A urbanização da RMF tem sua dimensão ocupacional comandada pelo terciário, notadamente pelo comércio e prestação de serviços. A distribuição

de força de trabalho na base de uma função-emprego urbano-terciária, na verdade, está refletindo o perfil das frações de capital agrário-comercial-financeiro. Dentro deste contexto, o quadro do emprego resultante tem evoluído de forma que se constata redução do pessoal ocupado em atividades primárias, principalmente nos anos recentes, de acordo com os censos demográficos de 1970 e 1980. A constatação da referida redução induz a um primeiro ponto de investigação, qual seja, o de verificar a capacidade de resposta das atividades não-agrícolas quanto à geração de emprego. Em termos absolutos, o emprego em tais atividades aumenta no referido período. No entanto, torna-se necessário esclarecer se houve ou não uma proliferação de atividades informais. De fato, analisando-se as mudanças ocorridas relativamente ao setor "organizado", em termos das taxas de crescimento do emprego, pode parecer que as atividades aí existentes têm demonstrado uma dinâmica expressiva onde o setor industrial apareceria em primeiro plano. Entre 1960-70, o emprego industrial cresce a uma taxa de 10,2% a.a., elevando-se para 11,3% no período 1970-75. Tomando-se em conjunto Indústria, Comércio e Serviços, as taxas anuais de crescimento para os mesmos períodos foram 8,8 e 9,5%, respectivamente. Ocorre, porém, que essas taxas de crescimento elevadas podem apenas estar expressando uma base de cálculo reduzida, em função da pouca expressividade das atividades econômicas "organizadas".

Um segundo ponto passível de investigação refere-se à dimensão de renda associada à distribuição da força de trabalho no espaço da RMF. Deve-se esperar uma distribuição salarial aviltada, com uma base relativamente alargada, para o chamado segmento "organizado" e, via de consequência, uma situação psicossocial desestabilizante para uma expressiva camada da população que sobrevive(?) em função de atividades que proliferam nas estreitezas de alguns espaços possibilitados pelo movimento do capital.

Finalmente, o momento recessivo atual proporciona uma oportunidade de se avaliarem efeitos funestos, sobre os trabalhadores, do freio da acumulação de capital. Ter-se-á oportunidade de analisar, mais diretamente, a relação entre crise e mercado de trabalho, tendo em vista as direções encontradas pelo movimento do capital na RMF como decorrência das reestruturações ocorridas entre 1979 e 1982-83. Para esta questão os parâmetros de investigação serão a posição na ocupação, a própria ocupação por setor de atividades, a direção tomada pela segmentação do mercado de trabalho e a dimensão de renda (referida ao nível e estrutura).

2 – EMPREGO URBANO E SEGMENTAÇÃO NA RMF

Uma primeira observação, a nível global da RMF, revela que, nos últimos 20 anos, a tendência evolutiva do emprego, nos chamados segmentos “organizados”,² mostra uma dinâmica bastante expressiva em face da redução do emprego agrícola. Tomados em conjunto, os setores Indústria, Comércio e Serviços apresentaram a seguinte composição ao longo do período 1960-75.

TABELA 01
Composição do Emprego na RMF
1960-75 (%)

Anos	Indústria	Comércio	Serviços	Total
1960	35,9	41,9	22,2	100,0
1970	40,7	40,7	18,6	100,0
1975	44,1	35,2	20,7	100,0

FONTE: Censos Industrial, Comercial e de Serviços, 1960, 1970 e 1975.
FIBGE.

Ressalta da tabela acima uma tendência marcante ao aumento da participação da atividade industrial na geração de emprego, ao mesmo tempo em que o Comércio apresenta um declínio e o setor Serviços mantém sua participação em torno dos 20%. O impulso industrializante terminou por destacar o setor na geração de emprego, relativamente aos demais do conjunto, cujo crescimento (do emprego) se acelera ao longo do período 1970-75. A taxa de crescimento anual do emprego na Indústria passa de 10,17%, entre 1960-70, para 11,32% entre 1970-75; para o Comércio, passa de 8,46 para 6,42% e para os Serviços de 6,92 para 11,84%, respectivamente. Para o conjunto das atividades as taxas de crescimento nos períodos referidos foram, respectivamente, 8,79 e 9,54%.

Essas taxas de crescimento aparentemente elevadas, expressam uma base de cálculo reduzida, em função da pouca expressividade da atividade econômica “organizada” prevalecente na RMF. Por conseguinte, é importante

² O termo “organizado” refere-se aos estabelecimentos cujas informações foram registradas pelos censos econômicos. O pessoal ocupado registrado pelo Censo Demográfico inclui, portanto, o emprego “organizado”. Ver ZIMMERMAN, G. & ABRAMO, L. Estrutura do emprego no Brasil, 1950-70. São Paulo, ANPEC, 7. Encontro Nacional de Economia, 1979. pp. 21-22.

analisar, de alguma maneira, a dimensão do emprego em atividades urbanas ditas “não organizadas”, a fim de que se apreenda a capacidade de resposta, em termos de “descobertas” de formas alternativas de ocupação do *surplus* (excedente) originado do crescimento populacional -- incluindo-se as migrações rural-urbana -- e da destruição e reordenação de atividades tradicionalmente existentes na RMF, pela impulsão industrializante estimulada para o NE, a partir dos anos 60, e pela divisão inter-regional do trabalho daí derivada.

A pouca expressividade do emprego “organizado” é ressaltada a partir de uma comparação direta entre este e aquele registrado pelo Censo Demográfico.* Ocorre, porém, que a não publicação dos censos econômicos de 1980 não permite que se tenha uma idéia mais aproximada do evoluir da relação entre emprego “organizado” e “não-organizado”. Isso obriga a uma mudança metodológica de investigação empírica na direção de uma comparação entre o emprego projetado, a partir dos setores constantes dos censos econômicos de 1970 e 1975, e emprego registrado pelo Censo Demográfico de 1980 para esses mesmos setores.

Antes de proceder à comparação referida anteriormente, talvez seja interessante verificar a evolução da relação entre a população com 10 anos ou mais e o pessoal ocupado, segundo o Censo Demográfico. Para a RMF como um todo, do mesmo modo que para seus municípios, observa-se alguma ampliação da capacidade de geração de emprego das atividades econômicas existentes. Em 1960, cerca de um terço da população de 10 anos ou mais encontrava-se desenvolvendo alguma forma de ocupação, enquanto que, em 1980, esta relação ascendia para quase 44%, conforme pode ser constatado na tabela a seguir:

* Apenas como ilustração: Em 1970, a relação entre o pessoal ocupado, segundo o Censo Demográfico, em atividades não-agrícolas e aquele registrado pelo Censo de Estabelecimentos era de 2,4:1. Este cálculo levou em consideração apenas o emprego nas atividades Industriais de Transformação e Extrativa Mineral, Comércio de Mercadorias e Prestação de Serviços, registrado pelo Censo Demográfico. Considerando-se o total do pessoal ocupado registrado neste Censo (excetuando-se o emprego na Agropecuária, Extrativa Vegetal e Pesca), a relação é 4.2 empregos no total para um registrado nos censos econômicos.

TABELA 02
Relação entre População com 10 Anos ou mais e Emprego nas Atividades Não-Agrícolas

Municípios, RMF e Estado do Ceará	1960	1970	1980
	Pes.Ocup./Pop. (%)	Pes.Ocup./Pop. (%)	Pes.Ocup./Pop. (%)
Aquiraz	31,2	14,6	36,4
Caucaia	10,5	18,5	32,2
Fortaleza	37,0	38,6	45,2
Maranguape	23,8	21,2	37,4
Pacatuba	10,5	13,9	33,7
RMF	33,3	35,2	43,6
CE	15,6	17,3	24,7

FONTE: Censos Demográficos, FIBGE.

As argumentações que se seguem servirão para demonstrar que esta evolução “favorável” não deve ser interpretada como um reflexo da dinâmica dos chamados “segmentos organizados”, quanto à sua capacidade de resposta na geração de empregos. Na realidade, estará significando justamente um quadro de condições de trabalho aviltado, com baixos níveis de remuneração e uma maior necessidade de acionamento da força de trabalho de outros membros da família, que não o chefe, incluindo-se o trabalho do menor.

A comparação entre o emprego “organizado” e o emprego total registrado pelo Censo Demográfico, mesmo que restrita aos setores Indústria de Transformação e Extrativa Mineral, Comércio e Serviços, fornece uma indicação geral da dimensão ocupacional relativa a uma parcela do chamado segmento “não-organizado” existente no espaço econômico da RMF. Em termos relativos, considerando-se apenas o conjunto dos setores anteriormente referidos, a dimensão ocupacional desse subconjunto do segmento “não-organizado” representava, em 1970, cerca de 59,0% do total, decrescendo para 52,5% em 1980.* Mesmo levando-se em consideração a diminuição em termos relativos, a dimensão ocupacional do subconjunto do segmento “não-organizado” é expressiva. Ademais, acredita-se que a projeção efetuada a partir dos

* Em números absolutos, em 1970, este subconjunto do segmento “não-organizado” significava um total de 87.979 pessoas ocupadas. Em 1980, segundo a estimativa feita por este trabalho, a qual está subestimada, representava 173.340 pessoas. Esses números representam um crescimento médio anual, entre 1970/80, de 6,96%, que é bem próximo dos 6,6% de crescimento da PEA da RMF.

censos econômicos superestima a real dimensão ocupacional do subconjunto “organizado”, pois dificilmente as ataxas de crescimento do emprego nos setores considerados, observadas na primeira metade dos anos 70, seriam repetidas de 1976 em diante, principalmente no final da década e nos anos iniciais dos 80, em função da situação recessiva nacional e do longo período de secas que atingiu a região NE a partir de 1979, perdurando até 1983.

Um aspecto importante a ser salientado, cujas implicações de caráter social serão bastante funestas num período curto de tempo, e que significará um sério desafio do ponto de vista do planejamento — entendido como um conjunto de medidas, inclusive de longo prazo — refere-se à necessidade que se impõe às famílias situadas na base da pirâmide da distribuição da renda de se verem obrigadas ao acionamento de força de trabalho dos demais membros que não o chefe. Apesar de não se dispor de evidências que permitam aferir comparativamente a situação entre os pontos censitários para a RMF, quanto à utilização do trabalho do menor, por exemplo, pode-se pelo menos apresentar um quadro a partir dos dados existentes para o Estado do Ceará.

A faixa etária de 10 a 14 anos será tomada como representativa para a questão que se pretende salientar, que se relaciona ao acionamento de outros membros da família — em particular à utilização do trabalho do menor. É evidente que o quadro apresentado não será revelador do problema com a profundidade exigida, pois a necessidade de acionamento das chamadas “estratégias de sobrevivência” não se restringe apenas à utilização na faixa etária referida. Além do mais — ou antes de tudo — a questão aqui levantada só poderia ser mais adequadamente aclarada tomando-se a família como unidade de análise e sua distribuição por faixas de renda. Outras dificuldades também impedem um melhor entendimento da questão, em função de mudanças efetuadas nos registros dos censos demográficos de 1970 e 1980. Conforme poderá ser verificado, é impossível separar o pessoal que estava procurando emprego do total da PEA (para o ano de 1970) e ainda distribuí-lo pelos diversos setores de atividades (inclusive para o Censo de 1980). De qualquer maneira, as conclusões decorrentes da análise terão que ser vistas com reservas, no sentido de que, certamente, estarão subestimando a problemática.

A PEA de 10 a 14 anos, para o conjunto de atividades não-agrícolas, representava em 1970 3,2% do total, sendo em 1980, 5,0%.* No que se refere ao sexo feminino, as proporções são 5,5 e 5,1%, respectivamente. A compo-

* Deve ser observado que, para o Estado do Ceará, a PEA agrícola é relativamente mais importante que para a RMF. Portanto, as proporções apresentadas certamente deverão ser maiores na RMF.

sição por sexo revela que houve um aumento da participação dos homens no total que passa de 37 para 53%, entre 1970 e 1980. Ao nível de setores de atividades, naquele ligado à prestação de serviços, mais de 3/4 dos ocupados são mulheres; dos menores ocupados nas atividades industriais mais da metade é do sexo feminino; no comércio de mercadorias as menores representam cerca de 8% do total do setor. No que se refere à taxa de ingresso da população de 10 a 14 anos, medida pela relação entre PEA não-agrícola e população urbana na referida faixa, para o Estado do Ceará, esta proporção passa de cerca de 7,7% em 1970, para 12,7% em 1980.* Quanto às taxas de crescimento, no período 1970-80, a PEA não-agrícola entre 10 e 14 anos representou o dobro da taxa correspondente à população urbana na mesma faixa etária.

3 – DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E SEGMENTAÇÃO: O CENÁRIO DE 1979

3.1 – *Relação com o Mercado de Trabalho e Setor de Atividade da Força de Trabalho*

Esta seção trata da situação geral do mercado de trabalho prevalecente na RMF em 1979, naquilo que se revela como resultado da inserção da força de trabalho no conjunto das atividades existentes. Tendo como “pano de fundo” as mudanças ocorridas e registradas anteriormente, trata-se de verificar como se estrutura o mercado e as condições de trabalho e vida proporcionadas pelas ocupações exercidas pelos indivíduos. O cenário de 1979 diz respeito a alguns elementos que caracterizam a composição do emprego na RMF e segmentação do mercado perante as atividades “organizado” e informais.**

A população pesquisada em 1979 revela características por demais conhecidas e registradas pelos censos demográficos. Trata-se de uma população jovem na qual cerca de 60% têm idade inferior a 25 anos. Este dado proporciona um primeiro indicador de que a pressão exercida sobre o mercado de trabalho, originada dessa componente demográfica da oferta, se fará prematu-

* Ainda para o Estado do Ceará, a PEA total não-agrícola comparada à população urbana na faixa de 10 anos ou mais resulta em taxas de ingresso para 1970 e 1980 de 41,0 e 45,5%, respectivamente.

** O cenário aqui referido se deve à utilização de dados levantados por uma pesquisa direta realizada sob a coordenação dos Professores Peter James Eaton e Francisco de Assis Soares, ambos do Curso de Mestrado em Economia (CAEN), entre maio e julho de 1979.

ramente. Da população total masculina, na faixa etária entre 15 e 19 anos, cerca de um terço já se encontra desempenhando alguma ocupação. Por outro lado, a relação entre desempregados/PEA é mais elevada justamente para a referida faixa etária, vindo a seguir os indivíduos situados entre 10 e 14 anos. Dado que as remunerações de tais indivíduos serão baixas, o problema da busca prematura por uma ocupação será mais dramático para as famílias situadas na base da pirâmide de distribuição de renda. Reafirma-se então, com todo vigor, a necessidade de acionamento da força de trabalho de outros membros da família, mais intensamente junto às famílias de baixa renda e justamente dentre aqueles residentes mais jovens.

O quadro seguinte é revelador da necessidade que se impõe junto ao segmento mais jovem da população, obrigando-o a pressionar prematuramente o mercado de trabalho da RMF.

TABELA 03
Taxa de Ocupação e Desemprego na RMF

Idade	Ocupados/PEA			Desempregados/PEA		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
10 - 14	83,3	96,9	89,4	16,7	3,1	10,6
15 - 19	84,5	86,5	85,5	15,5	13,5	14,5
20 - 24	91,1	88,8	90,1	8,9	11,2	9,9
25 - 29	92,9	93,4	93,1	7,1	6,6	6,9
30 - 39	97,2	97,2	97,2	2,8	2,8	2,8
40 - 49	98,5	98,6	98,5	1,5	1,4	1,5
50 - 59	97,6	99,4	98,2	2,4	0,6	1,8
60 - 69	100,0	100,0	100,0	-	-	-
70 acima	100,0	88,9	94,7	-	11,1	5,3
TOTAL	94,1	93,5	93,8	5,9	6,5	6,2

FONTE: Pesquisa Direta, CME-CAEN (1979).

Constata-se, a partir da Tabela 03, que as taxas de desemprego – conforme definição convencional – são mais elevadas justamente para aquelas faixas etárias situadas na base da pirâmide. Pode-se antever que a necessidade de acionamento da força de trabalho de outros membros da família, que não o chefe, ocorrerá com maior intensidade junto às famílias de baixa renda e dentre aqueles residentes mais jovens, independentes de sexo.

Para uma melhor aferição da composição do emprego na RMF, procurar-se-á “refinar” o conceito de PEA de modo que a variável resultante ex-

presse a “propriedade de força de trabalho”. Desse modo, a distribuição da força de trabalho, associada à distribuição do capital, característica do espaço econômico em questão, deverá expressar condições sob as quais ocorre a transação de compra e venda da referida mercadoria, ou seja, a distribuição resultante, tanto sua dimensão ocupacional, quanto de renda, estarão representando o grau de proximidade, relativamente à posse de meios de produção, bem como o grau de diversificação e dinamicidade das atividades produtivas existentes, dentre outros elementos.³

A força de trabalho foi aqui classificada como sendo efetiva ou virtual. À primeira associou-se a noção de “completo despojamento de meios de produção”; à segunda, a noção de “posse precária de meios de produção”. Interessante, então, conhecer de imediato a posição na ocupação do indivíduo e, em seguida, tentar identificar indiretamente a “posse precária”.

Para se chegar às noções de força de trabalho efetiva ou virtual, partiu-se da classificação geral entre possuidores e não-possuidores de meios de produção de qualquer natureza e volume. Assim, tem-se, de um lado, os empregadores (incluindo-se pequenos proprietários) e os que trabalham por conta própria (regular ou irregularmente e os chamados profissionais liberais); de outro, aqueles cuja posição na ocupação é empregado (tenha ou não registro na firma em que trabalha).

Dentre os empregadores buscou-se identificar aqueles cuja posse de meios de produção seria considerada “precária”. Para tanto, tomou-se o nível de “retirada do proprietário”, associado ao registro de “contribuição a algum tipo de previdência social” como sendo os elementos definidores de tal situação. Com base nos chamados censos econômicos (Industrial, Comercial e Serviços) obtiveram-se os respectivos “tetos” abaixo dos quais os empregadores seriam considerados simplesmente “pequenos proprietários” e, por consequin-

³ Conforme ROSSI, J. W. *Índices de desigualdade e medida de concentração industrial: aplicação a casos brasileiros*, ZAHAR, 1982, a entropia da distribuição do pessoal ocupado proporciona um “índice de diversificação” de atividades econômicas para o qual as proporções do emprego em cada segmento, relativamente ao total, representam as probabilidades, e os eventos justamente o “distanciamento” do emprego setorial ao que deveria ser considerado como termo médio. Para o caso presente, o índice de diversificação das atividades não-agrícolas diminuiu, entre 1970 e 1980, para todos os municípios da RMI. É interessante notar que a redução do índice de diversificação ocorre ao mesmo tempo em que se intensifica o processo de urbanização e o Setor Transformação e Extrativa de Minerais amplia sua participação.

te, força de trabalho **virtual**. Tal limite correspondia, à época dos levantamentos dos censos econômicos de 1975, aproximadamente a 5,5 salários mínimos regionais. Assim, do total de indivíduos registrados pela pesquisa direta como sendo empregadores foram subtraídos aqueles que “retiravam” acima desse limite (5,5 salários mínimos) e contribuíssem para algum tipo de previdência social. O restante foi considerado como “pequenos proprietários”, para os quais é atribuída uma situação de “posse precária” de meios de produção e, portanto, a consideração de serem, **virtualmente**, força de trabalho.

Com relação aos que trabalham por conta própria, ou seja, àqueles que, de acordo com a definição da pesquisa, foram registrados como autônomos (regular ou irregular), todos foram considerados como força de trabalho em estado **virtual**. A noção de precariedade da posse de meios de produção encontra-se presente em função do próprio registro dos indivíduos, ou seja, a sua condição de trabalhador por conta própria, com meios próprios, sem a presença de empregados seus, já denota que a atividade, mesmo que seja exercida de forma vinculada a um padrão bem definido, insere-se dentro de um espaço econômico não apropriado pelo movimento geral de capital. Por conseguinte, esses trabalhadores são, na **realidade** (em essência), força de trabalho em estado **virtual**, mesmo que, como no caso dos “pequenos proprietários”, o assalariamento não esteja explícito, mas sim numa forma camuflada, que é, pela própria dinâmica de operação do modo de produção capitalista, numa formação sócio-econômica como a brasileira, especificamente no espaço econômico da RMF.

Em resumo, a partir da classificação adotada pela pesquisa direta, com relação à posição na ocupação, tem-se os seguintes subconjuntos que compõem a força de trabalho para a análise que será empreendida em seguida:

- a) Força de Trabalho Efetiva:
 - Empregados, tendo ou não registro na firma onde trabalham
 - Desempregados
- b) Força de Trabalho Virtual:
 - Pequenos Proprietários
 - Autônomos (Regular e Irregular)
 - Auxiliares de Membros de Família
 - Pessoas com Ocupação Secundária*

* As pessoas com registro de ocupação secundária podem representar força de trabalho em estado efetivo ou virtual. Em virtude de o questionário da pesquisa direta de 1979 não indagar sobre a posição na ocupação, considerou-se que todos os casos seriam tratados com força de trabalho virtual. A arbitrariedade cometida pelo menos embute a idéia de que a posse de meios de produção é, no máximo, precária.

O que se busca com a classificação feita acima é salientar as pressões da componente demográfica da oferta de mão-de-obra sobre o mercado de trabalho. Por este motivo, a inclusão de "Auxiliares de Membros de Família" é um elemento a ser considerado pela possibilidade de que, em algum momento, tais pessoas venham a lançar-se no mercado de trabalho. A condição de "Auxiliares" estaria significando um processo de treinamento e habituação ao trabalho assalariado.

O quadro a seguir apresenta a distribuição da força de trabalho segundo os vários setores de atividades considerados pela pesquisa.

TABELA 04

Força de Trabalho por Setor de Atividade na RMF

Setor Atividade	% Força de Trabalho	% Total de Ocupados
1. PRIMÁRIO	1,6	1,7
Masculino	2,6	2,7
Feminino	0,2	0,2
2. INDÚSTRIA	17,3	18,4
Masculino	13,0	13,8
Feminino	23,5	25,1
3. CONSTRUÇÃO CIVIL	6,1	6,5
Masculino	10,0	10,6
Feminino	0,6	0,7
4. COMÉRCIO	16,0	17,0
Masculino	19,0	20,2
Feminino	11,6	12,4
5. SERVIÇOS	52,8	56,3
Masculino	49,5	52,6
Feminino	57,5	61,6
6. DESEMPREGADOS	6,2	—
Masculino	6,0	—
Feminino	6,4	—
T O T A L	100,0	100,0
Masculino	100,0	100,0
Feminino	100,0	100,0

FONTE: Pesquisa Direta, CME-CAEN (1979).

Segundo a posição na ocupação observa-se — como se esperava — a predominância de indivíduos sem qualquer posse de meios de produção. Trata-se dos empregados, os quais representam pouco mais de dois terços da força de trabalho total. Em seguida, apresentam-se os autônomos com uma participação de 24,3%; aparecendo “pequenos proprietários”, “auxiliares de membros de família” e indivíduos com ocupação secundária com aproximadamente 4%.

A distribuição da força de trabalho ocupada revela clara predominância do setor Serviços (56,3%), seguido da Indústria (18,4%), vindo, em terceiro lugar, Comércio (17,0%). A Construção Civil, que participa com apenas 6,5%, demonstra a sua pouca expressividade como absorvedor de mão-de-obra.* Como se pode perceber, a distribuição da força de trabalho ocupada na RMF mostra-se nitidamente “terciária” pois, afora a participação dos setores Primário, Industrial e Construção Civil, os demais representam cerca de 73% do total.

3.2 — Organização da Produção e Força de Trabalho

A distribuição da força de trabalho ocupada na RMF denota o caráter incipiente de suas atividades econômicas, tendo em vista que aqueles setores que seriam dinamizadores internos da geração de emprego apresentam reduzida participação no total. Trata-se, em particular, do Setor Industrial e Construção Civil que juntos representam cerca de 25,0% do emprego total. O movimento do capital esboçado no âmbito da RMF claramente indica — como está explicitado pela distribuição da força de trabalho — que a geração de novas oportunidades de emprego deverá ser determinada de fora. Tal fato se deve à predominância das atividades vinculadas a setores de realização, cujos valores se originam de outras regiões, bem como a setores cujas mercadorias são caracterizadamente de baixa produtividade e onde os níveis de remuneração são reduzidos.

Os pontos a serem investigados, em seguida, referem-se justamente às formas de organização da produção e distribuição de força de trabalho a elas vinculadas.

* Não foi possível obter a dimensão do emprego público na RMF. O questionário utilizado revelou-se falho por não identificar o tipo de empresa — se pública ou privada — onde o indivíduo exercia sua ocupação. Assim, por exemplo, um indivíduo cuja ocupação é a de “motorista”, exercendo-a numa repartição pública (municipal, estadual ou federal), foi registrado como pertencente ao segmento “Ocupação dos Transportes Urbanos e Rodoviários” (Código 730 da Lista de Ocupação).

TABELA 05

Formas de Organização da Produção e Distribuição de Força de Trabalho
por Setores de Atividade da RMF

Setores de Atividade	Emprego Organizado	Emprego Informal	Emprego Total
Primário	23,5	76,5	100,0
Indústria	43,8	56,2	100,0
Construção Civil	42,1	57,9	100,0
Comércio de Mercadorias	42,0	58,0	100,0
Prestação de Serviços	64,5	35,5	100,0
Transportes e Comunicações	58,0	32,0	100,0
T O T A L	54,9	45,1	100,0

FONTE: Pesquisa Direta, CME-CAEN (1979).

Conforme assinalado anteriormente, a mudança na composição do emprego não-agrícola, ao longo do período entre os censos de 1970 e 1980, não foi diversificante, tendo em vista a redução do índice (de diversificação) de Theil.* Observou-se também que o segmento “não-organizado” (setor informal) apresentava-se de maneira bem expressiva no que se relaciona à absorção de mão-de-obra. Vejamos, então, a partir do levantamento de 1979 como se encontrava a configuração da mão-de-obra ocupada, segundo os segmentos “organizado” e “não-organizado” (ou informal) **

Antes de apresentar a configuração segmentada do mercado de trabalho, faz-se necessário explicitar os critérios de classificação adotados para a identificação dos indivíduos ocupados num ou noutro segmentos. Com base no “refinamento” do conceito de PEA, os indivíduos foram agrupados nos segmentos “organizado” ou informal como segue:

* Nota no. 7 deste artigo.

** Para a presente pesquisa a distinção entre segmento “não-organizado” e setor informal é apenas formal. A primeira denominação foi adotada em função da fonte de dados utilizada, que foram os censos demográficos e econômicos, sendo que neste se dispõe de registros a partir de estabelecimentos organizados, do ponto de vista legal. A outra denominação foi adotada em virtude da utilização de dados primários disponíveis permitirem uma maior elaboração no dimensionamento do setor.

i) Segmento "Organizado"

- empregados **com** registro na firma onde trabalhavam; e
- profissionais liberais, que correspondem à posição na ocupação autônomo regular, porém **com** curso superior completo e que contribuía para algum tipo de previdência social.

ii) Segmento Informal

- empregados **sem** registro na firma onde trabalhavam;
- trabalhadores por conta própria;
- pequenos proprietários;
- trabalhadores em "ocupação secundária"; e
- auxiliares de membro de família.

A Tabela 05 revela uma participação predominante de organizações informais na absorção de força de trabalho na RMF, exceto para os setores "Transportes e Comunicações" e "Prestação de Serviços".

A relativamente baixa expressividade do emprego informal no setor de "Transportes e Comunicações" é apenas reveladora da quase extinção de espaços para desenvolvimento de atividades que seriam próprias deste segmento. Conforme o próprio registro de ocupação adotado pela pesquisa do CME-CAEN, atividades típicas de transportes de cargas (fretes) e/ou pessoas (lotação) é que poderiam vir a se constituírem atividades absorvedoras de força de trabalho, numa organização caracterizada como informal. Este setor realmente denota a exigência de um certo volume de capital que tornaria o acesso a ele bastante impeditivo.

O setor de "Prestação de Serviços", embora tendo pouco mais de um terço do pessoal ocupado em organizações informais, mesmo assim estaria indicando uma baixa participação. No entanto, trata-se de um setor de atividades onde foram incluídas ocupações das mais diversas, variando desde ocupações domésticas e de higiene pessoal até serviços de educação, saúde, diversões jurídicas e afins, passando por funções de escritório e serviços gerais. Este setor constitui-se uma heterogeneidade de atividades com diversos níveis de produtividade.

A fim de que se tenha uma idéia aproximada da dimensão ocupacional do segmento informal da RMF, em 1981, tomar-se-ão as proporções determinadas a partir da amostra de 1979, as quais serão aplicadas às informações fornecidas pela PNAD. Espera-se que, se tiver havido alguma mudança, esta tenha ocorrido no sentido de ampliar tal dimensão, em função justamente da

fase recessiva por que vem passando a economia nacional com seus reflexos sobre os níveis de atividade e emprego na RMF.*

No caso da RMF, algumas especificidades seculares que fazem parte da própria definição do estado da federação a que pertence dão a certeza de que o referido segmento vem tendo sua dimensão ocupacional ampliada, sem que a dimensão de renda a ela associada tenha seguido uma mesma trajetória. Na verdade a dimensão de renda certamente involuiu, dada a deterioração generalizada das condições de vida de amplas camadas da população. Trata-se de elementos referentes a: 1) rigidez da estrutura fundiária, que reduz sistematicamente alguns vínculos ainda remanescentes do produtor à terra; 2) processo de industrialização do Estado do Ceará, cujo caráter concentrado e centralizado, vinculado à nova divisível inter-regional do trabalho determinada pelo movimento de acumulação de capital liderado pelo Sudeste e sancionado no Nordeste com a criação da SUDENE, é excludente quanto a efeitos dinamizadores.⁴

Tomando-se a distribuição da força de trabalho por faixa de idade e, segundo os segmentos "organizado" e informal, fica ressaltado um dado extremamente revelador do acionamento de indivíduos da faixa de 10 a 14 anos. Conforme pode ser constatado na Tabela 06, a quase totalidade desses menores encontra-se exercendo alguma ocupação no segmento informal, sendo praticamente distribuídos igualmente entre os sexos masculino e feminino. Adicionando-se a esta primeira faixa de idade os indivíduos constantes da faixa de 15 a 19 anos, verifica-se que aproximadamente 68,5% estão ocupando algum espaço em atividades informais.

* A dimensão ocupacional do segmento informal segue mais ou menos de perto o movimento cíclico das atividades ditas "organizadas" da economia. É evidente que um avanço do movimento do capital no sentido de "destruir" atividades antes ligadas ao segmento informal, tende a reduzir a expressividade deste como absorvedor da mão-de-obra. Também é evidente que essa relação entre segmento informal e totalidade não pode e não deve assumir o caráter mecanicista. É necessário, pois, que os inter-relacionamentos estruturais sejam levados em consideração, explicitando-se as especificidades da formação sócio-econômica, onde tais movimentos estejam ocorrendo.

⁴ Para maiores detalhes dessas especificidades que interagem com a expansão capitalista para o Estado do Ceará, ver TEIXEIRA, F. J. S. *Evolução do mercado informal no Estado do Ceará, 1950-70*. Fortaleza, Curso de Mestrado em Economia – CAEN/UFC, 1982, pp. 5-8 (textos para Discussão, 37). Quanto ao caráter excludente da industrialização, ver OLIVEIRA, Aécio A. *Industrialização no NE: uma evidência empírica de seus efeitos*, (Série Relatório de Pesquisa, 25).

TABELA 06
Formas de Organização de Produção e Distribuição de Força de Trabalho
por Faixa Etária

Faixa Etária	Emprego Organizado	Emprego Informal	Emprego Total
10 a 14 anos	0,8	99,2	100,0
15 a 19 anos	37,0	63,0	100,0
20 a 24 anos	64,2	35,8	100,0
25 a 29 anos	64,6	35,4	100,0
30 a 39 anos	62,7	37,3	100,0
40 a 49 anos	52,9	47,1	100,0
50 a 59 anos	46,8	53,2	100,0
60 a 69 anos	43,8	56,2	100,0
70 acima	16,7	83,3	100,0
T O T A L	54,9	45,1	100,0

FONTE: Pesquisa Direta, CME-CAEN (1979).

A questão a ser colocada em seguida é: sendo o segmento informal principal absorvedor de força de trabalho pertencente aos jovens (10 aos 19 anos), que setores de atividades estariam, então, sendo ocupados por eles?

Do total do pessoal ocupado no segmento informal do mercado de trabalho da RMF, 84,0% estão distribuídos entre setores Serviços (39,1%), Indústria (23,0%) e Comércio (21,9%). Tomando-se a faixa de idade dos 10 aos 19 anos, o referido percentual ascende para 93,7%, distribuídos entre Serviços (59,7%), Comércio (17,1%) e Indústria (16,9%).

A Construção Civil, apesar de ser relativamente menos expressiva (8,4%), no contexto do segmento informal, apresenta-se ainda como um setor que possibilita algum desenvolvimento de relações informais de produção, pois no contexto do segmento "organizado" participa apenas com 5% do emprego total gerado.

Outro dado importante, que ressalta da distribuição do pessoal ocupado na RMF, refere-se à sua composição por sexo segundo os vários setores de atividades. Para o segmento informal, o sexo feminino predomina nas atividades industriais (69,2%) e na prestação de serviços (63,9%), sendo para o primeiro setor uma predominância que abrange quase todas as faixas de idade, enquanto, para o segundo, a predominância não ocorre, apenas acima dos 60 anos. Tomando-se esses mesmos setores no contexto do segmento "organizado", a situação se inverte: do total de ocupados na Indústria, 38,5% é do sexo femi-

nino, enquanto no setor Serviços alcança 41,6%. No cômputo geral, a participação da mão-de-obra feminina, no setor informal, representa 48,3%, sendo para o segmento “organizado” de 34,8%.

Daí, conclui-se que os espaços “descobertos” para o desenvolvimento do setor informal, para os quais se deve esperar um acionamento extensivo de força de trabalho, se referem ao setor de prestação de serviços, a atividades rudimentares de transformação e ao pequeno comércio. As atividades rudimentares de transformação e de prestação de serviços são exercidas predominantemente por mulheres. Como agravante, encontram-se nesses mesmos setores a quase totalidade dos jovens na faixa dos 10 aos 19 anos, com ligeira predominância da mão-de-obra feminina.

4 – A CRISE E OS EFEITOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NA RMF

As seções anteriores, ao tratarem da questão do emprego na RMF, procuraram mostrar, com clareza, como a fragilidade da sua base produtiva determina as formas de inserção na produção, bem como as condições de vida daí derivadas.

As informações da amostra aplicada em 1979, na RMF, revelaram e confirmaram a tendência de estreitamento das oportunidades ocupacionais na RMF.

Esta seção se propõe evidenciar os resultados complementares de uma pesquisa feita, também na RMF, no período novembro/82 a junho/83.

As informações aqui apresentadas se referem a uma subamostra da pesquisa de 1979, na base de 10% do número de unidades domiciliares que foram revisitadas. Isto significa que temos o acompanhamento do que ocorreu com 313 famílias daquele grupo visitado em 1979. Ressalte-se, portanto, que dispomos de informações em dois pontos para um grupo determinado de famílias.

A amostra de 313 famílias propicia um número de 1.820 residentes que podem ser analisados. No entanto, serão considerados apenas os chefes de família, procurando-se responder:

- 1) que tipo de mobilidade⁵ ocorreu entre os chefes de família sob análise; quais as alterações na relação com o mercado de trabalho;
- 2) quais alterações que ocorreram na distribuição por posição na ocupação;
- 3) quais as alterações sofridas quanto à dimensão dos mercados formal e informal, na RMF;
- 4) que alteração sucedeu na distribuição de renda desses chefes aqui retratados.

TABELA 07

RMF: Mobilidade dos Chefes de Família quanto à Posição na Ocupação
1979-1983

Relação com Mercado de Trabalho	1979	(%)	1983	(%)
Empregados	171	54,63	138	44,09
Autônomos	87	27,79	96	30,67
Empregadores	29	9,27	32	10,22
Desocupados	18	5,75	39	12,46
Desempregados	8	2,56	8	2,56
T O T A L	313	100,0	313	100,0

FONTE: Pesquisa Direta, CME-CAEN/UFC.

A análise da Tabela 07 evidencia claramente a redução do número de chefes que possuíam patrão e, por conseguinte, se denominavam empregados. Em 1979, 54,63% dos chefes eram empregados, enquanto na revisita, apenas

⁵ Mobilidade aqui entendida, no sentido analisado por GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação de capital*. Lisboa, 1977. (Biblioteca de Economia Contemporânea, 18).

44,09% mantinham essa posição. Houve, por conseguinte, uma ampliação de formas de inserção na produção de indivíduos que exploravam sua própria força de trabalho, com a ajuda ou não de auxiliares. O grupo autônomo, em 1979, representava 27,79% enquanto, em 1983, congregava 30,67% dos chefes. Este conjunto, em seguida, foi subdividido levando-se em conta a utilização ou não de auxiliares. O autônomo foi entendido como o indivíduo que lança mão de sua própria força de trabalho, sem ter empregados. No entanto, durante a realização das entrevistas, uma avaliação mais rigorosa permitiu a identificação de um subconjunto de autônomos que sempre trabalhava com auxiliares remunerados, mas que reconhece este fato com alguma dificuldade, não assina carteira, não paga INPS, não tem qualquer regra ou reajuste de salário dos seus auxiliares, participa efetivamente da produção e toma conta sozinho do caixa. Foram denominados, então, pequenos proprietários. Este procedimento define 79 autônomos e 17 pequenos proprietários. Amplia-se, de forma mais tímida, também, o número de empregadores organizados, que de 9,27% passa para 10,22% dos chefes.

Esta forma de mobilidade, quanto à posição na ocupação, reflete o estreitamento que ocorreu, no período em referência, nas oportunidades de emprego. Evidencia-se, portanto, uma busca por formas de inserção que dependem mais da iniciativa de cada um.*

Por si sós estas informações explicitam a tendência de ampliação do número de pessoas desempenhando atividades características do Setor Informal, que mais adiante será confirmado, dado que o trabalhador autônomo se constitui uma forma específica daquele mercado. Por outro lado, a qualidade do ajuste feito e suas conseqüências sobre as condições de vida dos indivíduos nelas engajados referem-se também à importância do grau de desenvolvimento capitalista em que se encontra uma dada região, num momento imediatamente anterior à crise. A crise quando se instala no centro hegemônico do País tem uma repercussão imediata naquele espaço, sendo depois transmitida em cadeia por conta dos efeitos sobre os setores que são complementares à indústria do Sudeste. No caso do NE, a indústria de transformação e a construção civil foram os setores mais afetados com a crise recessiva.

* É bom que se afirme que no ano de 1983 houve um total de 445 registros de falência, na RMF, enquanto que em 1979 este número foi de 109.

Ainda a partir da Tabela 07 verifica-se a ampliação dos desocupados que atingiam 5,75% dos chefes em 1979 e, em 1983, alcançavam 12,46%. A ampliação dessa participação deve-se aos seguintes motivos: i) durante o período 1979-83, houve alteração na posição chefe de família, por morte do marido ou separação do casal, assumindo a mulher a posição de chefe da família; ii) ampliação da desocupação por aposentadoria por tempo de serviço, invalidez e idade; iii) há chefes que já trabalharam, estão parados, sem qualquer ocupação, afirmando que estão com algum problema de saúde e, por conseguinte, estão esperando melhorar para começarem a procurar emprego; iv) há um caso em que o chefe é um estudante que passou a morar só com os irmãos mais novos, sendo sustentados pelos pais que não moram mais em Fortaleza.

A taxa de desemprego entre os chefes permaneceu a mesma, 2,56%. Destaque-se, no entanto, que, considerando os chefes com ocupação precária, entendida como precária aquela desenvolvida há pouco tempo, o quadro passa a ser o seguinte: a) para os chefes desempenhando a ocupação há apenas 3 meses, somados aos desempregados, a taxa de desemprego e ocupação precária atinge 3,8%; b) considerando-se ocupação precária a desenvolvida decorridos apenas 6 meses, este índice passa para 9,2%.

Ressalte-se aqui que, para todos os membros residentes, e, por conseguinte, levando-se em conta a unidade familiar como um todo, a taxa de desemprego aberto atinge 12,48% dos membros residentes em 1983, quando, em 1979, era de 5,5%.

A tentativa de observar o que ocorreu no período com o chamado Setor Informal* está evidenciada no quadro a seguir.

* Como se sabe, o Setor Informal pode ser obtido de vários modos, dependendo da definição adotada e da forma de apreendê-lo. Mesmo levando em conta que a entrevista aplicada em 1982-83 permite a apreensão da informalidade como atividade não-organizada capitalisticamente, aqui o informal será revelado, levando em conta a mesma definição utilizada em 1979, para efeito de comparabilidade e por ser aquela a forma permitida pelo questionário aplicado em 1979. Informal, então, se compõe de: todos os autônomos (excluindo profissionais liberais), os empregados sem carteira assinada, os "pequenos proprietários", todos que possuem ocupação secundária e os auxiliares de membros de família, que, no caso dos chefes de família, a incidência é nula.

TABELA 08
 RMF: Distribuição dos Chefes de Família por
 Tipo de Organização do Mercado
 1979-1983

Organização	1979 %	1983 %
Mercado Formal	51,0	46,3
Mercado Informal	49,0	53,7
	100,0	100,0

FONTE: Pesquisa Direta, CME-CAEN/UF/

Como era esperado, há uma ampliação do chamado Setor Informal. A causa desta ampliação é atribuída à duplicação do número de chefes de família com ocupação secundária. Em 1979, 18 chefes tinham ocupação secundária, enquanto, em 1983, 37 passaram a ter uma segunda ocupação. Há também uma ampliação do número de autônomos que, de 87, passou para 96, no período 1979-83. A participação dos chefes empregados sem carteira assinada caiu de 30 para 15, no período, o que é coerente com a redução observada no número total de empregados.

A ampliação do Informal, no entanto, não deve ser entendida como uma confirmação da capacidade de ampliação desse segmento. Essa evidência para a RMF, aqui observada, coloca-nos diante da importância das especificidades de uma dada divisão social do trabalho num momento recessivo. É preciso qualificar essa ampliação detectada no Setor Informal, considerando o peso dessas ocupações em condições de normalidade, na RMF, bem como a reduzida divisão do trabalho característica da área sob análise. Num momento de crise, de redução do investimento, de alterações no padrão de acumulação, os efeitos sobre o informal parecem não ser muito claros. Considerando que se está tratando apenas de chefes de família, a perspectiva da não-ocupação, do desemprego, enfim, torna-se quase insuportável. Dessa feita, admite-se que haja uma tentativa de disputa dos mesmos espaços que, em casos de ocupações com menor grau de barreira à entrada, acabe por impor um brutal ajuste no nível de renda média devido à entrada de novos disputantes.

A discussão que se fará, a seguir, sobre a distribuição de renda entre os chefes, no período em referência, ajudará a esclarecer um pouco mais este ponto.

TABELA 09
RMF: Distribuição dos Chefes de Família, por Faixa de Renda
1979-1983

Faixa de Renda* (Salário Mínimo Local)	Distribuição dos Chefes	
	1979	1983
0 - 1/2	12,8	21,1
1/2 - 1	10,4	15,6
1 - 2	17,4	22,7
2 - 3	16,0	10,2
3 - 5	13,2	10,2
5 - 7	6,6	4,4
7 - 10	6,3	5,8
10 - 15	7,6	4,2
15 - 20	3,5	1,6
+ 20	6,3	4,2
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: Pesquisa Direta, CME-CAEN/UF.

* A preços de maio/83.

A análise de todos os chefes aponta, de forma inequívoca, uma perda forte de renda. Houve uma redistribuição evidente de chefes de família das faixas mais altas de renda para faixas de rendas médias e baixas. Os chefes da faixa até 1/2 SM, em 1979, representavam 12,8% enquanto, em 1983, passaram a representar 21,1%. Até um salário mínimo, em 1979, encontravam-se 23,2% dos chefes e, em 1983, esta fração atinge 36,7% dos chefes. Como estamos acompanhando as mesmas unidades familiares, sabe-se, evidentemente, quem perdeu renda, onde mora, que idade possui, e a informação deixa de ser um número frio, que, com certeza, estará atingindo alguém que você nem mesmo sabe quem é. . .

Quando se toma a distribuição dos chefes por posição na ocupação, a tendência de pauperização se mantém, mas há um esclarecimento quanto a quem mais perdeu, no período.

TABELA 10
RMF : Distribuição dos Chefes, por Posição na Ocupação e
Faixa de Renda
1979

(Em %)

Faixas de Renda* (Salário Mínimo Local)	Empregado	Autônomo	Empregador
0 - 1/2	2,6	8,4	3,6
1/2 - 1	12,5	13,3	-
1 - 2	17,1	28,9	-
2 - 3	17,1	22,9	3,6
3 - 6	19,7	7,2	7,1
5 - 7	7,9	6,0	7,1
7 - 10	6,6	4,8	14,3
10 - 15	5,9	6,1	28,6
15 - 20	3,3	1,2	14,3
+ 20	7,3	1,2	21,4
T O T A L	100,0	100,0	100,0

FONTE : Pesquisa Direta, CME-CAEN/UFC.

* A preços de maio/83.

A análise da distribuição por posição na ocupação, em 1979, deixa claro que, dadas as condições específicas da RMF, é melhor, relativamente, em termos das rendas obtidas, ser empregado que autônomo. Entre os autônomos, 50,6% ganhavam até 2 salários mínimos. Entre os empregados, no entanto, até 2 salários mínimos estavam apenas 32,2%. Até 5 salários mínimos se encontravam 80,7% dos autônomos e dos empregados estavam 69%, apenas. A posição empregador, no entanto, se diferencia bastante das duas posições discutidas como se esperava.

TABELA 11
RMF: Distribuição dos Chefes, por Posição na Ocupação e Faixa de Renda
1983
(Em %)

Faixa de Renda* (Salário Mínimo Local)	Empregado	Autônomo	Pequeno Proprietário	Empregador
0 - 1/2	0,7	21,3	5,6	--
1/2 - 1	21,0	24,1	5,6	--
1 - 2	26,8	26,6	55,6	9,7
2 - 3	14,5	12,7	5,4	3,2
3 - 5	13,8	6,3	27,8	9,7
5 - 7	5,1	2,5	--	16,1
7 - 10	6,5	3,8	--	19,4
10 - 15	5,8	1,3	--	12,9
15 - 20	2,2	1,3	--	3,2
+ 20	3,6	--	--	25,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Pesquisa Direta, CME-CAEN/UFC.

* A preços de maio/83.

A análise desta distribuição por posição na ocupação, em 1983, evidencia a pauperização já denunciada na Tabela 02. Ao mesmo tempo, esclarece mais nitidamente as diferenças entre as três posições analisadas. Ocorre, ao longo deste período, um distanciamento maior entre a condição de empregado e autônomo. Verifica-se também uma forte redistribuição entre os autônomos para os níveis mais baixos de renda. Em 1983, 45,4% dos autônomos ganhavam até 1 salário, enquanto, em 1979, encontravam-se nessa faixa apenas 21,7% dos chefes nessa posição. Até 2 salários mínimos, no entanto, estavam, em 1979, 50,6% dos autônomos, enquanto, em 1983, a participação já correspondia a 72%.

A posição do empregador é evidentemente melhor, como detalha a Tabela 11, enquanto os pequenos proprietários estão completamente concentrados na faixa de até 5 salários mínimos. A maior incidência ocorre na faixa de 1 a 2 salários mínimos. Esta categoria, devido às suas características, estaria mais próxima do autônomo, com auxiliares, do que do empregador formal. Mesmo assim, adicionando-se os pequenos proprietários aos autônomos, o resultado anteriormente discutido (de piora dos ganhos dos autônomos) não fica afetado de forma substancial, como mostra a tabela abaixo.

TABELA 12
RMF: Distribuição dos Chefes de Família, Autônomos e
Pequenos Proprietários

(Em %)

Faixas de Renda* (Salário Mínimo Local)	Autônomos e Pequenos Proprietários
0 – 1/2	18,6
1/2 – 1	20,6
1 – 2	32,0
2 – 3	11,3
3 – 5	10,3
5 – 7	2,5
7 – 10	3,1
10 – 15	1,0
15 – 20	1,0
+ 20	—
T O T A L	100,0

FONTE: Pesquisa Direta, CME-CAEN/UFC.

* A preços de maio/83.

Esta rápida análise procurou evidenciar, de modo mais geral, os efeitos de um período de crise sobre o mercado de trabalho na RMF. Reconhece-se, no entanto, que seria necessário um maior detalhamento para que se tivesse maior segurança na avaliação das direções tomadas. No entanto, dado o caráter ainda preliminar que detém, consideramos que as informações aqui discutidas fornecem a base para algumas pistas de compreensão do quadro geral dos chefes de família na RMF. Destacam-se, então, os seguintes pontos: i) há uma forte tendência de redução de formas de participação na produção, na condição de empregado; ii) há uma tendência à desocupação mesmo entre os chefes; iii) há uma ampliação de formas de participação na produção na condição de autônomo e pequeno proprietário; iv) há uma tendência forte à pauperização das classes trabalhadoras. Entre os autônomos é bem mais forte do que nas outras posições na ocupação em discussão.

Estes pontos tendem a apontar uma ampliação do segmento Informal. No entanto, revelam a fragilidade dessa ampliação que se retrata nas condições enfrentadas pelos autônomos que constituem a categoria, por excelência, desse segmento. A pauperização ocorrida entre os autônomos indica que, mesmo que se considere a possibilidade de ampliação das oportunidades no Informal, quando ela ocorre é acompanhada por um forte ajuste no nível de renda média. Este ponto fornece uma pista muito segura para a descaracterização da sustentação e ampliação do Informal como uma alternativa de política de emprego, notadamente em momentos de crise.

As evidências aqui apresentadas, apesar de preliminares, seguramente proporcionam elementos que estimulam um maior aprofundamento das teses implícitas ao longo do texto.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intenso processo de urbanização ocorrido na RMF, nas duas últimas décadas, tem contribuído para uma contínua deterioração das condições de trabalho e vida de amplas camadas de sua população. Trata-se de uma evolução comandada muito mais por fatores de expulsão, determinados por uma estrutura agrária concentrada, do que por fatores de atração, associados à industrialização que se concentra em grande medida na RMF.

O caráter urbano-terciário da função-emprego tem significado um estreitamento – ou na melhor das hipóteses sua manutenção – do espaço econômico explorável pela “população sobranter”, em face da impossibilidade de os chamados segmentos dinâmicos das atividades produtivas existentes proporcionarem um ritmo adequado de absorção de força de trabalho. A incipiência da base produtiva obriga a que uma parcela significativa da população lance mão de “estratégias de sobrevivência”, dentre as quais se apresentam de forma expressiva as atividades informais.

O cenário de 1979, referente ao mercado urbano de trabalho, revela que a dimensão ocupacional do segmento Informal representava cerca de 45% da força de trabalho em atividade. Os espaços “descobertos” para o desenvolvimento de atividades informais estavam vinculados aos setores Primário (76,5%), Indústria (56,2%), Construção Civil (57,9%) e Comércio (58,0%). Isto significa que há predominância de ocupações caracterizadamente informais junto a setores que, teoricamente, seriam germinadores de postos de trabalhos. Mesmo que houvesse predominância de atividades caracterizadas como formais, os efeitos de germinação não seriam capturados, predominantemente, no espaço da RMF, dado o caráter da inserção marginal do Estado do Ceará na região Nordeste, que, por sua vez, ocupa uma posição complementar e subordinada diante da economia nacional.

O movimento observado no mercado de trabalho da RMF, entre 1979 e 1982-83, é revelador de uma ampliação da dimensão ocupacional do segmento informal, sem que o espaço econômico tenha seguido o mesmo ritmo e direção. Tomando-se apenas os chefes de família, aumenta o número destes envolvidos em atividades informais. Ao mesmo tempo, as informações indicam uma piora na distribuição das remunerações refletida na ampliação da

base da pirâmide. Em termos relativos, a situação dos autônomos — que seriam indivíduos com posse (precária) de meios de produção — apresenta-se inferiorizada, o que serve para demonstrar que o “ajustamento” estaria sendo efetuado pela renda média.

Finalmente, a tendência de redução da participação da condição de empregado, associada a uma ampliação de autônomos e pequenos proprietários, ao lado de uma piora na distribuição de remunerações, identificadas no período 1979-83, são elementos que proporcionam fortes indicações de insucesso para uma política de emprego baseada na sustentação e ampliação do segmento informal, principalmente em momentos de crise.

Abstract: This article intends to show some relationships between capital accumulation and the labor market in the Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) space. The RMF has exhibit a steady growth in urban population participation with serious implications to the urban labor market in the region. On the other hand, the lack of response capacity by non-farm activities, concerning the generation of employment opportunities, has reflected in the expansion of the Tertiary Sector of the economic space being considered. The incipient productive basis related to the dynamic segments has stimulated informal activities in wich there exists a significant part of the labor force earning low incomes. Moreover in the 1979/83 period the income dimension of the Informal Sector has not kept up with the occupational dimension causing a reduction in the average income level. Therefore, concerning an Employment Policy towards the Informal Sector does not make sense to stimulate that Sector in moments of crisis. It must be clear that the new employment opportunities in the PMF are much more determined by external than internal factors. Thus, the characteristics displayed by the RMF labor market confirm it as *locus* of conciliation insteady of a class struggle *locus*.